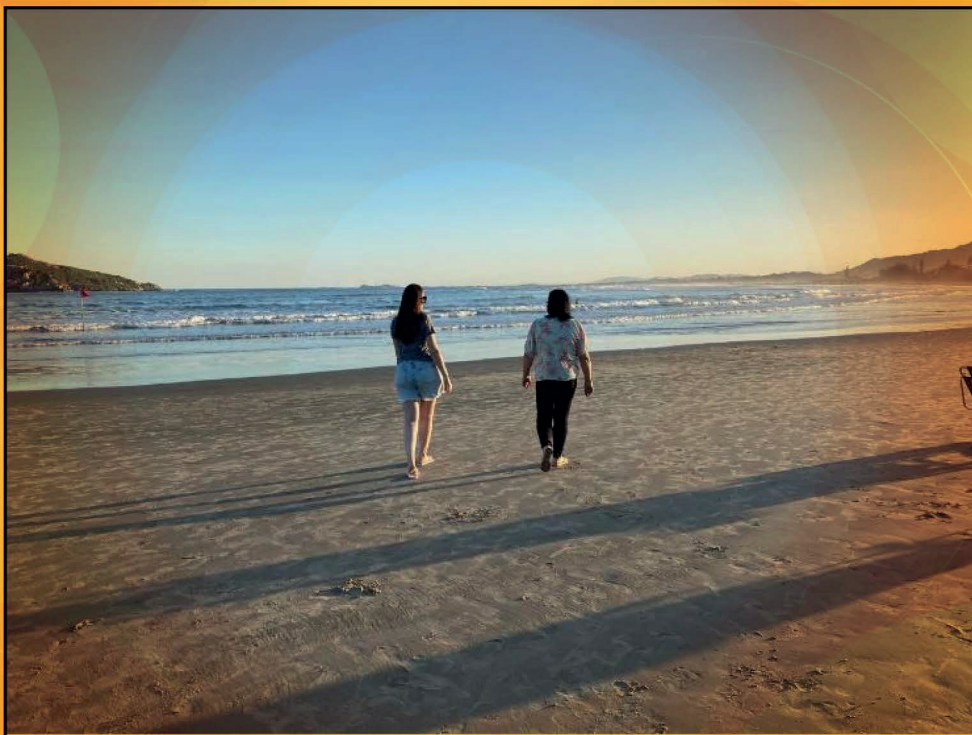


DIANDRA FERRARI MARANGONI
CARLOS PAULO MATIAS
Apresentação: Annie Souza Marques

Juntas seremos fortes

(ODS-5: Igualdade de gênero)



DIANDRA FERRARI MARANGONI
CARLOS PAULO MATIAS
Apresentação: Annie Souza Marques

Juntas seremos fortes

(ODS-5: Igualdade de gênero)



2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora tem um compromisso sério com a transparência e a qualidade em todo o processo de publicação. Trabalhamos para garantir que tudo seja feito de forma ética, evitando problemas como plágio, manipulação de informações ou qualquer interferência externa que possa comprometer o trabalho.

Se surgir qualquer suspeita de irregularidade, ela será analisada com atenção e tratada com responsabilidade.

O conteúdo do livro, textos, dados e informações, é de responsabilidade total do autor e não representa necessariamente a opinião da Atena Editora. A obra pode ser baixada, compartilhada, adaptada ou reutilizada livremente, desde que o autor e a editora sejam mencionados, conforme a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Cada trabalho recebeu a atenção de especialistas antes da publicação. A equipe editorial da Atena avaliou as produções nacionais, e revisores externos analisaram os materiais de autores internacionais.

Todos os textos foram aprovados com base em critérios de imparcialidade e responsabilidade.

Juntas seremos fortes. ODS-5: Igualdade de Gênero

| Autores:

Diandra Ferrari Marangoni
Carlos Paulo Matias

| Revisão:

Os autores

| Diagramação:

Thamires Gayde

| Capa:

Yago Raphael Massuqueto Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M311 Marangoni, Diandra Ferrari
Juntas seremos fortes ODS-5: igualdade de gênero /
Diandra Ferrari Marangoni, Carlos Paulo Matias. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-3807-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.076261901>

1. Igualdade de gênero - Mulheres. I. Marangoni,
Diandra Ferrari. II. Matias, Carlos Paulo. III. Título.

CDD 305.42

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

☎ +55 (42) 3323-5493

☎ +55 (42) 99955-2866

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
<i>Annie Souza Marques</i>	
ODS-5: IGUALDADE DE GÊNERO	12
DIREITOS HUMANOS	16
A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA: LUTAS POR DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS	20
A SEGUNDA ONDA FEMINISTA: LUTAS POR IGUALDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS (DÉCADAS DE 1960- 1980)	24
FEMINISMO NO MUNDO E NO BRASIL HOJE	28
POR QUE MULHERES PODEM REPRODUZIR DISCURSOS MACHISTAS?	35
MACHISMO ESTRUTURAL	39
A CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL E NO MUNDO	43
FEMINISMO, MACHISMO E O ODS-5: CAMINHOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA AGENDA 2030	46
REFERÊNCIAS	49
SOBRE OS AUTORES	52



APRESENTAÇÃO

Annie Souza Marques ¹

Escrevo esta breve apresentação quatro dias após uma jovem professora de inglês, que fazia uma trilha matinal na cidade de Florianópolis (21/11/2025), ser brutalmente assassinada, vítima de violência sexual.

Catarina Kasten² não foi a primeira e nem será a última, de acordo com os dados do Mapa da Segurança Pública no Brasil (MJSP, 2025), tendo como ano-base 2024. Em média, sete mulheres foram assassinadas por dia, quatro mulheres por dia foram vítimas de feminicídio e 196 mulheres foram vítimas de estupro diariamente.

Esses dados são concisos ao nos mostrar os resultados de uma sociedade moldada pelo patriarcado e submersa no machismo e na misoginia, um mundo em que as mulheres não estão seguras em suas casas, em suas famílias, em suas profissões, em espaços de sociabilização e nas ruas. Ao contrário, o espaço da violência, da invisibilização e da marginalização está em todos os lugares.

¹ Annie Souza Marques - Graduada em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), mestranda pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) - UNESC. Integrante do Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schimitz (LAPIS). Foco de pesquisa em Arqueologia, Arqueologia Histórica e Comunidades Tradicionais

² A professora de inglês Catarina Kasten, de 31 anos, foi assassinada na trilha do Matadeiro, em Florianópolis, na sexta-feira (21), quando seguia para uma aula de natação no início da manhã. O caso é investigado como feminicídio. O suspeito, que confessou o crime, está preso preventivamente. O laudo da Polícia Científica, ao qual a NSC TV teve acesso, confirmou que Catarina morreu por asfixia por estrangulamento e apontou indícios de violência sexual.

A luta histórica das mulheres, em diferentes sociedades, para ocuparem espaços, terem voz ativa, serem agentes de seu próprio destino e terem escolhas foi fruto de batalhas comunitárias árduas e que, a todo momento, são ameaçadas por debates sexistas. A todo instante, um novo projeto de lei é votado contra a mulher na cidade, a mulher no campo, a mulher periférica, a mulher pobre, a mulher negra, a mulher LGBTQIAPN+.

Nesse cenário, projetos como este, dos ODS da ONU, são essenciais para que as pessoas possam recordar essas pautas e falar sobre questões sexistas, colocando-as como ponto central do debate se quiserem alcançar um futuro habitável, saudável e sustentável.

Mais do que criar um plano que pense e fale sobre desenvolvimento sustentável, é preciso fazer com que ele chegue às pessoas, que esteja em seu processo formativo e cidadão. É por isso que este livro tem uma importância fundamental nessa trajetória, ele transforma uma pauta que parece distante, que parece não ser urgente, em algo que está ali, bem debaixo dos nossos olhos, é latente e precisa ser falado.

Aos leitores que entrarão em contato com este livro, esperamos que sejam mais um aliado na causa, que lutem pela vida das mulheres, pela sua liberdade, pelo seu direito de ir e vir, pelas suas escolhas e pelo seu papel ativo dentro da sociedade. Como já dizia bell hooks (2018), o feminismo não é para as mulheres, o feminismo é para todos e precisa ser defendido por todos.

Para as meninas e mulheres que leem este livro, deixo um pequeno trecho da música Divino, Maravilhoso, de Gal Costa (1969): “É preciso estar atento e forte [...]”. Estejam sempre atentas e fortes para lutarem por seus direitos e por seus espaços, onde quer que estejam e independentemente de onde queiram chegar.

– Artur, papo da escola, ou da sociedade mesmo. Não sei se tenho lugar de fala, como diz o pai, mas vamos lá. Eu preciso aprender, ou pelo menos tentar entender a questão de gênero, tá ligado?

– Sim, sim. Sei como é. O tema é importantíssimo, Heitor. Temos de ler, ler, ler e ler tudo o que encontrarmos.

– Exato. Encontrei um livro da Simone.

– Simone? Não viaja, fala certo. Acho que sei de quem você está falando.

– Então fala aí, espertão.

– Vai te catar. Simone de Beauvoir foi uma das pensadoras mais influentes do século XX ao tratar da questão de gênero. Em sua obra fundamental, *O Segundo Sexo* (1949), ela inaugura uma análise filosófica, histórica e existencialista sobre a condição feminina, defendendo que a mulher não nasce mulher, “torna-se mulher”, frase que se tornaria um marco no debate feminista.

– Eita. Gostei, mas estou achando que o assunto é mais complexo do que eu pensava. Fale mais, Artur.

– Então, para Simone, como você disse, as diferenças entre homens e mulheres não são determinadas pela biologia, mas produzidas socialmente. A sociedade cria expectativas, normas e papéis que moldam comportamentos, desejos e possibilidades de vida. Assim, a feminilidade não é algo natural ou inevitável, mas construída pela educação, pela cultura, pela religião e pelas instituições sociais.

– Meu Deus, que show. Estou começando a entender e, ao mesmo tempo, começando a ficar bem preocupado. Que complicadas essas construções sociais. Por isso existe um ODS, ou mais um ODS, para alertar sobre uma questão tão relevante.

– Exatamente, maninho. E tem mais. Simone de Beauvoir argumenta que, ao longo da história, o homem foi definido como o sujeito universal, enquanto a mulher foi colocada como o “Outro”, uma alteridade inferiorizada. Isso legitima desigualdades, opressões e limitações impostas às mulheres. Para ela, a desigualdade de gênero é sustentada por estruturas simbólicas e materiais que mantêm a mulher em posição secundária e dependente.

– Eu não disse que era complexo? O “Outro”? Inferiorizada? Estruturas simbólicas? É, Artur, acho que está ficando bem complexo esse nosso estudo dos ODS. Mas não vamos desistir, não. Agora é que quero aprender ainda mais. Como diz o pai, temos que pensar, filosofar para vivermos melhor, mais humanos, mais livres.

– Bem isso. Aliás, a filósofa, influenciada pelo existencialismo de Jean-Paul Sartre, afirma que todo ser humano é livre e responsável por construir sua própria existência. No entanto, as mulheres enfrentam barreiras concretas, como a divisão sexual do trabalho, o cuidado doméstico, a maternidade compulsória e a falta de acesso à educação, que limitam essa liberdade. O corpo feminino, frequentemente controlado por normas sociais e religiosas, torna-se um espaço de disputa e opressão.

– Vou te dizer, Artur, que nessa parte eu consegui entender como o corpo da mulher é usado, muitas vezes, para propagandas de carro e de outros produtos. Artur, estou pensando: mesmo com toda essa opressão, as mulheres lutam. Lutam e lutam muito pelos seus direitos. Não é?

– Sim, com certeza, Heitor. No entanto, é preciso mais. Simone de Beauvoir, por exemplo, defende que a emancipação feminina depende de transformações profundas: acesso à educação, autonomia econômica, igualdade jurídica e transformação das mentalidades. É preciso romper com mitos e discursos que romantizam a submissão ou fixam a mulher em papéis predeterminados.

– Artur, ainda sou uma criança, mas já saquei que o livro da Simone é necessário para a compreensão do problema e para se ter uma noção do que é a questão de gênero. Muito show. Concordo com o papel importante da educação no processo, na emancipação financeira das mulheres e nessa parada de romper com o mito da submissão das mulheres.

– Isso mesmo. É bem esse o ponto, ou um dos pontos, do debate. A obra de Simone de Beauvoir, Heitor, pavimentou o caminho para teorias posteriores, como a noção contemporânea de gênero enquanto categoria analítica, consolidada por autoras como Judith

Butler. Sua crítica ao essencialismo feminino continua atual nos debates sobre feminismo, direitos reprodutivos, divisão sexual do trabalho e violência de gênero.

– Boiei litros agora. Só entendi que ela ajudou outras mulheres a aprofundarem o debate e trazerem novos temas para a questão de gênero. E creio que isso vale para as mulheres do Brasil também, não é, Artur?

– Sim, todavia, a questão de gênero e a situação da mulher no Brasil formam um campo complexo, marcado por avanços significativos, mas também por desigualdades persistentes que atravessam a história, a cultura e as estruturas sociais do país. Com raízes profundas no patriarcado, na colonização e nas heranças escravocratas, a posição social da mulher brasileira é resultado de séculos de exclusão, resistência e luta por direitos.

– É, eu imaginava que por aqui tinha sido mais complicado, ou melhor, ainda é complicado. Em nossas aulas de história, o professor às vezes dá ênfase à questão das mulheres...

– Como assim, às vezes? Deixa pra lá. Desde o período colonial, as mulheres no Brasil foram submetidas a um modelo rígido de divisão sexual do trabalho: cabia ao homem o espaço público — política, economia e decisões — enquanto à mulher era destinado o espaço privado, ligado à maternidade, aos cuidados e à subordinação. Essa tradição patriarcal, reforçada pela Igreja e pelos códigos civis, perdurou até o século XX.

– Sim, uma tradição. Tá bom. Uma tradição que privilegia o homem. Artur, penso que não será fácil a discussão do ODS-4 em sala de aula, por exemplo. Se é uma tradição, não creio que seja fácil provocar uma mudança.

– Exatamente, Heitor. Mas não é por isso que vamos desistir. Veja que, a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a Constituição de 1988, as mulheres brasileiras conquistaram direitos fundamentais: igualdade jurídica, proteção contra discriminação, direito ao trabalho e à participação política.

– Nossa Constituição Cidadã. Legal. E temos outras leis, não é, Artur?

– Sim. Também surgiram políticas públicas voltadas à saúde da mulher, à proteção contra violência doméstica e à ampliação do acesso à educação. Leis como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) representam marcos importantes no combate à violência de gênero.

– Entendi. Mas, Artur, com tantas conquistas, a problemática ainda é um desafio, não é?

– Com certeza. Apesar das conquistas, as desigualdades de gênero permanecem fortes.

– Você pode citar algumas?

– Só se for agora. Trabalho e renda, Heitor. As mulheres ganham, em média, menos que os homens, mesmo com níveis de escolaridade iguais ou superiores. Também são mais comuns em empregos precários e informais.

– Tô ligado. E é ainda pior entre as mulheres negras. Que desgraça.

– Exato. Divisão sexual do trabalho, Heitor. As mulheres acumulam a “dupla jornada”, dividindo-se entre trabalho remunerado e tarefas domésticas, ainda desigualmente distribuídas.

– Eita! É bem assim. Já ouvi muitas mulheres falarem sobre isso.

– Muitas mulheres? Chegou o vivido.

– Não viaja. É só prestar atenção no mundo ao seu redor.

– É verdade. Tem mais: participação política, Heitor. Mesmo sendo mais de metade da população, sua presença em espaços de poder ainda é reduzida, apesar das cotas e incentivos à representatividade.

– O pai sempre nos lembra disso. Educação, falta educação..., formação, informação. Enfim.

– Sim. Mais este, Heitor, dialogando com o ODS-5: violência de gênero. O Brasil apresenta altos índices de violência doméstica, assédio, estupro e feminicídio, revelando uma cultura persistente de desvalorização da vida e da autonomia feminina.

– Que triste, Artur. Que desafio enorme para a humanidade e para o Brasil.

– Com certeza. Nós, estudantes, na verdade toda a população, temos que nos informar e começar a compreender realmente o que é diversidade.

– Então não é tão simples, Artur. Mas também não é impossível.

– Exatamente. Não é impossível.

– Imagina no Brasil, que é um país historicamente formado por várias pessoas de lugares diferentes, de crenças diferentes, de religiões diferentes. Enfim, o Brasil é de todos e para todos.

– Sim. É importante reconhecer que “a mulher brasileira” não é uma categoria homogênea. A experiência de gênero se entrelaça com raça, classe, território e idade. Mulheres negras, por exemplo, estão mais expostas à violência, recebem salários menores e enfrentam maior desigualdade no acesso a oportunidades. Já mulheres indígenas e quilombolas enfrentam desafios específicos relacionados à territorialidade, à saúde e ao respeito cultural.

– Artur, veja como vai ficando mais complicado o entendimento à medida que nos aprofundamos no assunto. Não digo isso para fugir do problema ou ignorá-lo, mas para dizer que preciso e precisamos estudar ainda mais o assunto. Ou melhor, ouvir quem tem lugar de fala e tem muito a nos ensinar.

– Você se refere ao feminismo, Heitor?

– Também. Mas acho que políticas públicas também são lugares de debates; conhecer, estudar e pesquisar autoras negras, indígenas e outras mulheres que lutam ativamente contra esses problemas ajudaria muito.

– Com certeza. O feminismo brasileiro, plural e diverso, por exemplo, Heitor, desempenha papel central na ampliação de direitos e na visibilidade das opressões de gênero. Desde as lutas por direitos políticos e trabalhistas até os movimentos contemporâneos contra o feminicídio e por autonomia corporal, as mulheres têm sido protagonistas de mudanças sociais profundas. As redes de apoio comunitário, os coletivos de mulheres negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+ ampliaram o debate e fortaleceram a luta por igualdade e justiça.

– Então, feminicídio me abala bastante. Só este ano (2025) fiquei sabendo de vários casos terríveis. O pai contou alguns casos que deram vontade de chorar. Que coisa sem sentido. Artur, às vezes tenho a impressão de que os desafios antigos são “atualizados”. Tipo assim: os homens acharem que a mulher é uma propriedade deles, a sociedade defender que a mulher é quem deve “cuidar da casa”, dos filhos e do marido...

– Bem isso. E entre os desafios atuais, Heitor, temos também combater a violência estrutural, ampliar o acesso a políticas públicas, enfrentar desigualdades regionais, garantir direitos sexuais e reprodutivos e promover uma educação que valorize a igualdade de gênero desde a infância.

– Sim. Estes são os grandes desafios propostos pelo ODS-5 para serem enfrentados. Empoderar mulheres e meninas. Educação, educação, informação, penso que é por aí que vamos conseguir. Artur, você não tem mais alguma autora que possamos conhecer sobre este debate?

– Não só tenho, como vou falar um pouco sobre.

– Eu sabia. O pai enviou um livro dela para eu ler. Confesso que é um pouco complexo para mim. Mas você é um cabeção, então fala aí.

– Oxi! Por que você disse isso? Só porque estou conseguindo tocar guitarra?

– Não se acha. Realmente, você está pegando os solos na guitarra e estão ficando muito bons. Mas não se acha. Lembra que o pai sempre diz: — Tem que estudar, pessoal, estudar. Não vai sair por aí falando daquilo que não sabe.

– Sim, sim. Já saquei isso. Então, como você já sabe, Heitor, Ângela Davis é uma das intelectuais mais importantes do século XX e XXI no debate sobre gênero, raça e classe. Filósofa, ativista e escritora norte-americana, ela ampliou profundamente a compreensão sobre a questão de gênero ao demonstrar que a opressão feminina não pode ser analisada isoladamente, mas sempre em interseção com outras formas de dominação, especialmente o racismo e a desigualdade econômica.

– Gostei dessa escritora. Também acho que o gênero está ligado ao racismo, à questão da independência financeira, a oportunidades. Show. Acho que ela contribui muito para o entendimento do que realmente propõe o ODS-5. Você não acha, Artur?

– Com certeza. Li que, para Angela Davis, a condição da mulher, especialmente da mulher negra, não pode ser compreendida apenas a partir das discussões tradicionais do feminismo, centradas na experiência das mulheres brancas de classe média.

– Viu, Artur. Ela nos faz pensar que não é só olhando para a vida das mulheres brancas que se vai entender a condição da mulher negra. Temos que olhar para a mulher que fora escrava, “propriedade do marido”. Enfim, só assim penso que vamos entender como poderá se dar o empoderamento das mulheres e meninas na sociedade atual.

– Sim. Esta autora critica o feminismo branco e liberal, que universaliza a experiência feminina sem considerar diferenças históricas e materiais. Para ela, um feminismo transformador precisa ser anticapitalista, antirracista e anti-imperialista, capaz de questionar as bases estruturais que sustentam as desigualdades.

– Que show, Artur. Vou te dizer que concordo totalmente com isso. E acho que o pai também concorda. Mano, penso que o empoderamento das mulheres negras já é um grande passo de resistência e de luta.

– Sim. Angela Davis valoriza a trajetória de luta das mulheres negras, tanto no período escravocrata quanto nos movimentos sociais contemporâneos. Ela destaca que, desde o trabalho doméstico e agrícola imposto pela escravidão até os movimentos por direitos civis dos anos 1960, as mulheres negras sempre desempenharam papéis centrais de resistência, apesar da invisibilização histórica.

– Sim. Eu lembro de termos estudado um pouco sobre a luta dos negros nos EUA contra o racismo. Artur, têm alguns fatos que são tenebrosos. Negros e brancos não poderem estudar na mesma escola, não poderem frequentar o mesmo ambiente público. Que desgraça. Que violência contra as pessoas negras.

– Então, Heitor, bem lembrado sobre a violência. Pois outro ponto fundamental da obra da escritora Angela Davis é a crítica ao sistema prisional e à violência institucional. Ela argumenta que o encarceramento em massa afeta desproporcionalmente pessoas negras e pobres, criando um ciclo de exclusão e opressão que também atinge, de forma específica, as mulheres negras. Sua defesa da abolição prisional propõe alternativas mais humanas e eficazes para lidar com conflitos sociais, em vez da punição racista e desigual.

– Isso é verdade. Ela tem razão. Ao menos no Brasil, tem-se a impressão de que a cadeia é para negros e pobres.

– Não sei se é só impressão, Heitor. Este debate é ainda mais preocupante. O movimento negro está atento a isso e faz constantes denúncias de como os negros são tratados em abordagens policiais.

– Sim, sim. Recentemente, tivemos mais uma “operação contra o crime organizado” da polícia no Rio de Janeiro e o resultado foi trágico para os negros, para a população marginalizada das comunidades.

– Pois é. Fico imaginando essas abordagens com mulheres negras. Eis a importância dos Direitos Humanos, não é, Artur?

– Muito. Muito importante os DH. E para Angela Davis, Heitor, o enfrentamento das desigualdades de gênero não é uma luta individual, mas coletiva. Não basta ampliar direitos formais, é necessário transformar as estruturas sociais que sustentam a opressão, da precarização do trabalho às hierarquias raciais, passando pelo sexismo cotidiano e pelas violências naturalizadas.

– Artur, vou te dizer, mano, gostei da Simone de Beauvoir, mas gostei muito desta autora Angela Davis. Achei que ela trouxe o debate mais para a atualidade. Entende?

– Com certeza.

– Tipo, achei que ela me fez pensar muito nessas questões e relacionar com o ODS-5. Super atual o pensamento dela, não é, Artur?

– Com certeza. O pensamento dela continua extremamente atual na luta contra o racismo, o feminicídio, a violência policial e a precarização econômica. Seu trabalho contribui para uma compreensão mais ampla e inclusiva do feminismo, reforçando que a libertação das mulheres só é possível se estiver articulada à libertação de todos os grupos oprimidos.

– Sim. Estou até eufórico. Vamos lembrar do ODS-5, Artur. Por favor.

– Só se for agora.



ODS-5: IGUALDADE DE GÊNERO

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, eis mais um dos impensáveis desafios que a humanidade tem pela frente. Parece, mas não é, um problema já superado, deslocado no tempo; é um fato atualíssimo, vergonhoso. Todavia, só as pessoas que têm lugar de fala podem transmitir a dimensão da barbárie que ainda se comete contra mulheres e meninas em todo o mundo.

Poder-se-á partir da educação. Esta, em muitos casos e casas, toma forma de práticas que não podem e não devem se confundir com a busca de um mundo melhor e/ou propício ao empoderamento feminino. Ou seja, meninos são educados de um jeito – machistas –, meninas de outro... Nesse sentido, o que se vê é o desejo de igualdade de gênero, a busca do empoderamento das mulheres e das meninas ir ficando cada vez mais distantes, quando não é combatido descaradamente por reacionários em toda parte, a todo momento, disfarçados de líderes religiosos, políticos, intelectuais, “pais”, “mães”... Aliás, nos últimos quatro ou cinco anos, em todo o mundo que se dizia civilizado, democrático, livre, enfim, o mundo do sonho da igualdade, não se têm visto bons exemplos, nem esperança para as meninas e mulheres de que a vida irá ser menos cruel e/ou mais respeitosa com estas, que são a metade da humanidade. Nesta perspectiva, mesmo aos trancos e barrancos, as mulheres e as meninas, através dos movimentos feministas ou associando-se localmente organizadas, vêm conseguindo, com muita luta, avançar em direção aos seus direitos num mundo machista, misógino, estúpido e hipócrita. Quiçá fosse nossa educação — e aqui tratamos educação

de forma ampla, incluindo nossas parlamentares, nossos líderes religiosos, nossos formadores de opinião, nossa mídia — se fosse um pouquinho, só um pouco, comprometida com a igualdade de gênero, com certeza já teríamos um mundo mais sensível e mais humano para elas.

Assim, não é difícil perceber que os que se sentem “ameaçados” pelo debate, pela força da mulher, pela inteligência da mulher e das meninas — enfim, estes covardes — são os que mais fazem barulho e discursos de ódio contra a igualdade de gênero.

Portanto, não adianta fingir que a morte de Marielle Franco não é fruto dessa violência, ou que o sacrifício da Maria da Penha não é fruto dessa estupidez machista generalizada, sustentada pelo ódio dos fracos e covardes que, muitas vezes, falam em nome de Deus. Em suma, muitas vezes com suas “mulheres”, também calhordas, estes monstros ajudam a deturpar o debate e enfraquecer a luta das mulheres e das meninas em busca de sua liberdade, de seu empoderamento, de sua igualdade. Logo, o recado do ODS-5 é: sem trégua, sem descanso, sem compaixão contra estes tolos que só usam o nome de Deus para propagar o ódio, as estupidezes, a desinformação e o mal!

– Artur, está aí uma discussão que me deixa confuso, também.

– Não tem segredo, Heitor. O que te incomoda e incomoda muita gente boa é a distorção que alguns imbecis fazem do assunto.

– Proposital?

– Com certeza. Geralmente é um machista escroto, um líder religioso escroto, um político escroto, enfim, os pilantras de plantão.

– Vamos estudar, vamos entender, vamos debater. Fale mais sobre, Artur.

– Ok. A igualdade de gênero é um princípio fundamental que busca garantir a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Ela é um direito humano básico e um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

– Horra! Mas então é bom isso? Por que tem algumas mulheres que são contra? Que estupidez. Que burrice.

– Então, nem fala. A igualdade de gênero é importante porque permite que todas as pessoas tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades, independentemente do seu gênero. Ela é fundamental para garantir a justiça social, a inclusão e a diversidade.

– Mas como pode algumas mulheres jovens, estudantes, “estudadas”, serem contra? Que loucura. Que falta de discernimento da realidade, da própria vida. Como pode ter este debate e termos tantos retrocessos contra as mulheres?

– Exato. A realidade mostra que nem sempre esse debate é respeitado. Muitas vezes, as desigualdades sociais e econômicas impedem que grupos que defendem esta causa tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que outros. A discriminação de gênero ainda é uma realidade em muitos países e, no Brasil, torna-se difícil a implementação do princípio da igualdade.

– Poxa! Que tristeza. Que desânimo. Ou será mais ânimo para estudar? Não quero, Artur, ficar estúpido neste nível.

– Também não quero, Heitor. Quero viver livre, feliz, respeitado e respeitando.

– Sim. Isto é respeito ao outro. Ao outro ser humano. Outro ser que, não importa o sexo, cor, religião, classe social, onde mora, onde estuda, como se veste, que músicas gosta, enfim, olhar para o outro ser humano e entender que ele é tão importante quanto nós.

– Heitor, acho que chegou a hora de vermos um texto sobre os Direitos Humanos.

– Com certeza. Leia, Artur. E, se precisar, leia mais de uma vez. Este eu preciso entender totalmente e me apropriar dele.

– Idem.



DIREITOS HUMANOS

Moradores de rua de uma cidade de um Estado do Sul do Mundo relatam que são agredidos e torturados por policiais militares fascistas. Ou seja, agentes públicos que deveriam zelar pela dignidade das pessoas, sem distinção, colocam a vida civilizada em risco. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre direitos humanos.

Inicialmente, é de suma importância dizer algumas palavras sobre os direitos humanos – ou melhor, sobre dignidade. Além disso, espera-se que um agente público saiba minimamente, deveria saber em sua totalidade, mas..., enfim, um agente da segurança, da ordem, trabalhar contra aquilo para o qual seu cargo fora criado é o fim da picada. Assim, vamos escrever para os fascistas lerem: direitos humanos são um conjunto de garantias que protegem um indivíduo, uma pessoa, contra abusos de autoridade. Logo, os direitos humanos devem proporcionar o mínimo de dignidade para que a pessoa exista, esteja ela onde estiver; existir sem atos atentatórios à condição de pessoa, de Ser Humano. Ou seja, é um direito fundamental quanto a conteúdo e propósito.

A menos que o agente seja um covarde, fascista, estúpido, senhor da guerra, nada justifica a conduta de policiais contratados, pagos, treinados, orientados, coordenados, comandados e legitimados pelo Estado praticarem violência gratuita contra moradores de rua. Com efeito, esses agentes devem ser punidos, presos e responsabilizados por seus atos. Deve ser exemplar a punição para esse tipo decadente de “profissionais”.

Na verdade, os moradores ainda relatam que são agredidos com pedaços de madeira; dizem que não podem ficar em determinados lugares depois das dez horas da noite. E mais: os profissionais que atendem as pessoas em situação de rua têm medo de se identificar. Temem por suas vidas. Logo, aprenda, fascista: direitos humanos são uma conquista de todo cidadão contra as arbitrariedades do abuso de poder.

Portanto, não basta se autopromover como um Estado modelo e blábláblá, enquanto o que se vê é uma notícia de sociedade decadente por semanas a fio. Em suma, meus filhos estão crescendo; quero muito que aprendam sobre seus direitos e deveres. No entanto, enquanto ignorarmos as mais sutis — não é este o caso — formas de violência, só nos restará o fracasso como sociedade e o risco de sermos abordados por fascistóides (uma minoria, eu suponho) de farda.

– Eita! Artur, os Direitos Humanos já haviam aparecido tantas vezes nos ODS que achei que seria fácil compreender o que sejam. Vou te falar que não é fácil, não.

– Na verdade é, Heitor. O princípio é lógico: proteger o cidadão, as pessoas, da arbitrariedade do Estado. Tipo uso da força, violação da condição de dignidade...

– Sim, sim. Lendo o texto do pai ficou mais claro. Todavia, a impressão que se tem, quando se olha para e se ouve alguns parlamentares no Brasil e no mundo, é que os Direitos Humanos seriam uma forma de proteger o crime.

– Exato. Essa distorção da ideia de Direitos Humanos é cruel com quem mais precisa de proteção.

– Sim. Como pode-se perceber com as crianças e outros inocentes em países em guerra, não é?

– Não só em guerra, Heitor. A falta de vacina para crianças, idosos, presos, refugiados e outros é uma violação dos Direitos Humanos dessas pessoas.

– Direitos fundamentais, Artur... fale sobre isso.

– Ok. Os Direitos Humanos são um conjunto de direitos e liberdades fundamentais inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, gênero, religião ou orientação sexual. Eles são reconhecidos internacionalmente como base da dignidade humana, da justiça e da paz no mundo.

– É isto! Um direito que pode levar à paz, à justiça e à chance de viver e crescer. Todas as relações sociais, Artur, podem ser protegidas pelos Direitos Humanos?

– Exatamente. Os Direitos Humanos incluem direitos civis e políticos, como liberdade de expressão, liberdade de associação e direito a um julgamento justo. Também incluem direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno.

– Claro! Por isso nossa Constituição foi considerada uma Constituição Cidadã. Ela procurou defender todos esses direitos. Show. Gostei da nossa Constituição, hein, Artur.

– Com certeza. E você acha que é por isso que nossa Constituição vem sendo “atacada” desde sua promulgação em 1988?

– Será? Que doideira. Tem gente ruim que não descansa, não é? Querem porque querem humilhar, atrapalhar a vida das minorias... enfim, não querem perder seus privilégios.

– Bingo. O resultado é que, no entanto, a realidade mostra que nem sempre esses direitos são respeitados. Muitas vezes, as desigualdades sociais e econômicas impedem que determinados grupos tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que outros. A discriminação racial, de gênero e de orientação sexual ainda é uma realidade em muitos países, o que dificulta a implementação do princípio da igualdade.

– Artur, percebo que a luta por igualdade não é recente. Parece que desde que o mundo é mundo os humanos lutam por direitos e igualdade.

– Por isso a importância dos governos. É essencial que eles trabalhem para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços básicos e que as desigualdades sejam reduzidas. Isso pode ser feito com políticas públicas de inclusão social, promoção da igualdade de gênero e proteção dos direitos humanos.

– Isso eu já entendi. O que ainda me assusta é a questão dos avanços. Eles existem, mas é só vacilar um pouco e pronto: grupos de interesse particular tomam a dianteira e a luta por dignidade retrocede.

– Com certeza. Os Direitos Humanos são uma conquista da humanidade e devem ser protegidos e promovidos por todos os países e governos. Eles são base para a justiça, a paz e a dignidade humana, e devem ser respeitados por todos.

– Meu irmão, vou te falar: pensar em todas essas coisas pode nos custar a saúde e o bem-estar.

– Não tenho dúvidas disso. Se queres paz, prepara-te para a guerra.

– Guerra dos sexos?

– Não, jamais. Temos que ser mais inteligentes.

– Temos que dialogar com as histórias das mulheres que conhecemos — e das que não conhecemos também.

– Tem um exemplo?

– Mas é claro.

– Manda aí.

– Se liga na história, Heitor. História: nada é por acaso; tudo se consegue na luta, na luta...

– Seu belicoso. Leia o texto.



A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA: LUTAS POR DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

A Primeira Onda Feminista foi um movimento social, político e filosófico que teve seu auge entre o final do século XIX e o início do século XX, especialmente nos Estados Unidos, no Reino Unido e em partes da Europa. Essa fase do feminismo teve como principal foco a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres, em especial o direito ao voto: o sufrágio feminino.

Nesse sentido, o movimento surgiu em um contexto de profundas transformações sociais trazidas pela Revolução Industrial, que levou muitas mulheres a trabalharem fora de casa em condições precárias. Apesar de sua contribuição para a economia, continuavam privadas de direitos básicos e submetidas a estruturas patriarcais que as mantinham em posição de inferioridade legal e social.

Consequentemente, inspiradas por ideias iluministas e pelos ideais de liberdade e igualdade das Revoluções Americana e Francesa, ativistas como Mary Wollstonecraft já denunciavam, desde o século XVIII, a exclusão das mulheres do espaço público. No entanto, foi a partir da metade do século XIX que o feminismo começou a se organizar como movimento coletivo.

Aliás, um marco simbólico da Primeira Onda foi a Convenção de Seneca Falls, realizada em 1848, nos Estados Unidos. Liderada por figuras como Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, a convenção produziu a Declaração de Sentimentos, documento que denunciava a opressão legal e social sofrida pelas mulheres e exigia igualdade de direitos, sobretudo o direito ao voto.

Todavia, ao longo das décadas seguintes, as sufragistas — como ficaram conhecidas as militantes do direito ao voto — protagonizaram campanhas, protestos e enfrentaram prisões para que as mulheres pudessem participar da vida política. No Reino Unido, destacaram-se as ações de Emmeline Pankhurst e o movimento das suffragettes, que chegou a adotar estratégias mais radicais de confronto com o Estado.

Nesse viés, as vitórias do movimento variaram conforme o país. A Nova Zelândia foi o primeiro a conceder o voto feminino, em 1893. Nos Estados Unidos, o direito foi conquistado em 1920, com a 19ª Emenda. No Brasil, as mulheres conquistaram esse direito apenas em 1932, por meio do Código Eleitoral Provisório do governo de Getúlio Vargas.

Apesar de sua importância histórica, a Primeira Onda Feminista foi marcada por limitações. Suas pautas refletiam, em grande parte, os interesses de mulheres brancas, de classe média e ocidentalizadas, deixando de lado questões de raça, classe e etnia. Esses aspectos seriam retomados e aprofundados por ondas feministas posteriores.

Desta forma, a Primeira Onda Feminista foi fundamental para abrir caminho às conquistas de direitos civis e políticos das mulheres, estabelecendo as bases de um movimento que, ao longo do tempo, se ampliaria e se tornaria mais diverso e inclusivo. Ela inaugurou um ciclo de luta que continua até os dias atuais, buscando não apenas a igualdade formal, mas também justiça social e reconhecimento em múltiplas dimensões da vida.

– E aí, Heitor, entendeu alguma coisa do texto sobre a Primeira Onda Feminista?

– Mais ou menos... achei interessante, mas é muita informação de uma vez, Artur. Tipo, eu não sabia que o bagulho tinha começado lá no século XIX.

– Bagulho? Você nunca falou essa palavra. Não sabia? Pois é! E olha que a parada começou por causa da Revolução Industrial. As mulheres foram trabalhar fora de casa, ganhando mal, sofrendo, e ainda sem nenhum direito.

– É bizarro pensar que elas estavam trampando igual os caras e, mesmo assim, não podiam nem votar.

– Trampando? Você só pode estar me tirando, Heitor. Nunca ouvi você usar essas gírias.

– É pra você ver como os tempos mudaram.

– Não viaja. Fala do texto.

– Então... daí vieram umas mulheres braba, tipo a Mary Wollstonecraft — nome difícil, né? — já falando lá no século XVIII que isso estava errado. Imagina a coragem naquela época.

– Ótimo, Heitor! Essa Mary aí foi tipo a “mãe do textão”. Já estava lá escrevendo que mulher tinha que ter direito também. Mas o movimento mesmo só pegou fogo depois da tal Convenção de Seneca Falls. Tá ligado?

– Não! Fale mais.

– Sim! Em 1848, nos EUA. A galera fez tipo uma reunião gigante pra meter o dedo na ferida. Criaram um documento chamado Declaração de Sentimentos, dizendo que a mulher estava sendo oprimida legal e socialmente.

– Cara, e aquelas *suffragettes* no Reino Unido? Vi que até quebravam vitrines e batiam de frente com o governo!

– Total! A Emmeline Pankhurst era muito punk! Elas não ficaram só no discurso, partiram pra ação mesmo. Eram meio tretadas, mas abriram caminho, né?

– Eita! E olha que só em 1932 as mulheres puderam votar no Brasil. Tipo, minha bisavó nasceu quase nessa época! Não é tão antigo assim.

– Sim, e mesmo assim, o movimento da Primeira Onda era meio fechado, né? Era mais pra mulheres brancas, de classe média... as questões de raça e classe ficaram de fora.

– É, aí vacilaram. Mas pelo menos foi um começo, né? Hoje o feminismo é mais atuante em diversas questões, mas tudo começou ali.

– Sim, sim. Foi tipo o “nível 1” da luta. Sem elas, talvez nem a gente estivesse aqui tendo essa conversa.

– Verdade, Artur. Verdade! Agora só falta a galera entender que feminismo não é contra os homens, é por igualdade. Tem muita luta ainda.

– Sim. Eis a parte difícil. É aqui que entra o ODS 5: igualdade de gênero e as políticas públicas. Agora bora estudar um pouco mais.

– Artur, mais um texto aí. Fiquei pensando: se teve a primeira onda, com certeza teve a segunda, certo?

– Certíssimo.

– Manda aí, moleque.

– É muita gíria pra minha cabeça.

– Caretão, leia o texto.



A SEGUNDA ONDA FEMINISTA: LUTAS POR IGUALDADE E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS (DÉCADAS DE 1960-1980)

A Segunda Onda Feminista foi um movimento internacional que se desenvolveu principalmente entre as décadas de 1960 e 1980. Surgiu como desdobramento das lutas da Primeira Onda, mas ampliou o foco: além dos direitos civis e políticos, passou a questionar profundamente as desigualdades sociais, culturais e econômicas que afetavam as mulheres no cotidiano.

Diferentemente da Primeira Onda, cujo principal marco foi a conquista do direito ao voto feminino, a Segunda Onda voltou-se para temas como igualdade no trabalho, direitos reprodutivos (como o acesso à pílula anticoncepcional e ao aborto legal), combate à violência doméstica e sexual, críticas à objetificação da mulher e ao papel tradicional imposto pela sociedade patriarcal. Também denunciou as opressões presentes dentro da própria família, da escola e da mídia.

Nos Estados Unidos, esse movimento ganhou força ao denunciar o “mal-estar sem nome”, sentido por muitas mulheres que viviam presas ao papel exclusivo de donas de casa. A partir desse contexto, movimentos feministas organizados passaram a surgir em vários países, como o Women’s Liberation Movement (Movimento de Libertação das Mulheres), na Europa e nas Américas.

Outro marco fundamental desse período foi o surgimento de diversas vertentes feministas, como o feminismo negro, o feminismo lésbico e o feminismo socialista, que passaram a destacar que não existe uma única experiência feminina e que raça, classe social e sexualidade influenciam de modo decisivo as formas de opressão vividas pelas mulheres.

Assim, a Segunda Onda teve papel central na conquista de leis que garantem direitos trabalhistas, educacionais e reprodutivos para as mulheres. Também influenciou transformações culturais e políticas profundas, desafiando estruturas tradicionais e dando visibilidade às demandas femininas em escala global.

Apesar das críticas e limitações — já que, em alguns momentos, representou mais as mulheres brancas e de classe média —, a Segunda Onda Feminista foi decisiva para o avanço das lutas por igualdade de gênero e abriu caminho para a Terceira Onda, que emergiria a partir dos anos 1990 com foco na diversidade, na interseccionalidade e nos direitos das novas gerações de mulheres.

– Artur, fiquei com a impressão de que devemos falar muito mais sobre isso. Parece, tipo, uma história feminista.

– Não é “história feminista”, Heitor. É história. Essa parte aqui é sobre a Segunda Onda do feminismo. Já ouviu falar?

– Mais ou menos! Sei que teve aquela parada do direito ao voto, né? Mas isso foi lá atrás. Já conseguiram, não é?

– Sim, isso foi na Primeira Onda. A Segunda, entre os anos 60 e 80, foi mais profunda. Foi quando as mulheres começaram a questionar desigualdades no trabalho, na família, na mídia... Tipo, por que ser dona de casa era tratado como a única opção possível?

– Eita! Tá, mas hoje em dia as mulheres trabalham, estudam, votam... Por que ainda reclamar?

– Como assim? Por que reclamar? Tá doido?

– Heitor, o ponto é que os direitos foram conquistados lutando, e muitos ainda são violados. Naquela época, por exemplo, a pílula anticoncepcional era revolucionária. Deu às mulheres o mínimo de controle sobre o próprio corpo. E ainda tinha toda a pressão de serem “boas esposas”, “boas mães”, sem poder dizer não.

– Mas aí o feminismo começou a se dividir, né? Tem feminismo pra tudo agora...

– E isso é bom! O feminismo negro, o lésbico, o socialista... Eles mostraram que não dá pra fingir que todas as mulheres vivem a mesma realidade. Uma mulher negra, por exemplo, sofre racismo e machismo. Isso a Segunda Onda começou a mostrar, que a luta precisa ser interseccional.

– Mulher negra sofre mais?

– Com certeza. Aliás, “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas” (Davis, 2016, p. 17).

– Eita! Tá, confesso que nunca pensei desse jeito. Mas e os homens? Tipo... esse negócio não acaba afastando a gente?

– Se você se sente ameaçado pela igualdade, talvez o problema esteja em como você vê o seu lugar no mundo. A Segunda Onda não queria “acabar com os homens”, mas sim com o sistema que coloca o homem acima da mulher por padrão. Isso é patriarcado, Heitor. E ele oprime todo mundo, inclusive homens que não se encaixam nesse padrão.

– Caramba... nunca ninguém me explicou assim. Só ouço “feminismo” e já imagino briga. Mas pelo que você está dizendo, foi uma revolução mesmo.

– Foi. E ainda está em curso. O que mudou a vida de milhões de mulheres começou com gente comum, inconformada. Tipo a Betty Friedan, que escreveu sobre o tal “mal-estar sem nome”. As mulheres estavam infelizes e ninguém queria ouvir. Hoje a gente estuda isso na escola. Isso é resistência.

– Tá. Admito que fiquei interessado. Posso dar uma olhada nesse livro depois?

– Não só pode como deve.

– Artur, noto que falar sobre isso causa um mal-estar em mim, que sou homem.

– Exatamente. Talvez isso aconteça porque, querendo ou não, fomos criados ou estamos sendo criados em uma sociedade machista.

– Meu Deus. Será? Que coisa complicada, mano.

– Sim. Complicadíssimo. Esse é o machismo estrutural. Difícil de combater.

– Sim. Acho que estou sacando. Estrutural porque já faz parte da estrutura que nos educa, que nos diz o que é ser homem ou mulher... enfim, não nos deixa ver a construção social por trás dos interesses masculinos.

– Mandou bem, Heitor. É por aí.

– Então, e o feminismo? Como ele está hoje em dia?

– Forte e fraco.

– Como assim? Ou forte ou fraco, não é?

– Poderia ser, mas não é tão simples assim, Heitor. Quando se pensa que estamos avançando, aparece uma “onda” de retrocesso e parece que não avançamos em nada.

– Tô ligado. São os tais conservadores.

– Bem isso. Não é fácil. Nunca foi.

– A saída é estudar e conhecer cada vez mais, Artur. Estou convencido disso. O pai vai ficar orgulhoso de mim.

– Com certeza vai.

– Então, manda mais um textão aí. Vamos estudar e conhecer.

– Só se for agora.



FEMINISMO NO MUNDO E NO BRASIL HOJE

O feminismo, enquanto movimento social, político e cultural, continua a desempenhar um papel fundamental nas lutas por igualdade de gênero em todo o mundo. Hoje, ele é plural, diverso e marcado por diferentes vozes e experiências. Nesse sentido, tanto no Brasil quanto em outros países, o feminismo conquistou avanços significativos nas últimas décadas, mas também enfrenta desafios e retrocessos em contextos políticos, sociais e culturais cada vez mais complexos.

Globalmente, o feminismo tem ampliado o debate sobre igualdade de gênero em diversos setores da sociedade. Campanhas como o #MeToo, que denunciou a violência sexual e o assédio em ambientes de trabalho, ganharam repercussão internacional e contribuíram para mudanças legislativas, culturais e institucionais. Em muitos países, há maior representação feminina na política, no judiciário, nas ciências e nas empresas, bem como crescimento nas discussões sobre direitos reprodutivos, cuidado compartilhado e combate à violência contra as mulheres.

No Brasil, também houve conquistas importantes nas últimas décadas. A Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015) são marcos legais no enfrentamento à violência de gênero. A presença feminina nos espaços de poder, embora ainda desigual, tem crescido. Além disso, há fortalecimento do feminismo negro, indígena, periférico e LGBTQIAPN+, que amplia os horizontes da luta feminista ao integrar questões de raça, classe, território e sexualidade. A internet, por sua vez, tem sido uma ferramenta essencial de mobilização e conscientização.

Consequentemente, apesar dos avanços, o feminismo enfrenta resistências. Em muitos países, inclusive no Brasil, há o crescimento de discursos conservadores e antifeministas que tentam deslegitimar a luta das mulheres e restringir direitos já conquistados. O aumento da violência política de gênero, especialmente contra mulheres negras e trans, é um dos reflexos desse contexto hostil.

A precarização do trabalho e os impactos da pandemia de COVID-19 agravaram desigualdades estruturais. Mulheres continuam a enfrentar desigualdade salarial, dupla jornada e dificuldades de acesso à saúde e educação, especialmente nas periferias e zonas rurais. O desmonte de políticas públicas voltadas às mulheres, como o enfraquecimento de órgãos de proteção e apoio, também revela retrocessos preocupantes no país.

Portanto, o feminismo hoje é resistência, mas também reconstrução e reinvenção. Ele não é um movimento único e homogêneo, mas um conjunto de vozes que se articulam em diferentes frentes para transformar estruturas históricas de opressão. No Brasil e no mundo, os avanços são fruto de séculos de luta, e os retrocessos evidenciam a urgência de seguir mobilizando, educando e construindo uma sociedade mais justa, igualitária e diversa para todas as pessoas.

– Ei, Artur, você leu o texto sobre feminismo que o pai mandou?

– Acabei de ler, cabeçaço. Mas confesso que fiquei meio confuso com algumas coisas. Tipo... o texto fala de muitos avanços, mas também de muitos retrocessos. Afinal, o feminismo está vencendo ou está perdendo?

– Pois é. Difícil, não é?

– Acho que não é tão simples assim. O feminismo tem avançado em várias áreas, como na criação de leis contra a violência, na maior participação das mulheres na política e no debate público, mas enfrenta resistência, especialmente de grupos conservadores que querem manter as desigualdades.

– Os tais conservadores. Eita! Essa galera que só quer manter seus privilégios. Tenso, tenso.

– Mas esses grupos não têm o direito de discordar? Às vezes parece que qualquer crítica ao feminismo já é vista como machismo.

– Artur, não complica. Você é a favor ou contra? Eu, hein.

– Claro que as pessoas podem discordar, mas tem uma diferença entre crítica e discurso de ódio. Muita gente usa o “direito de discordar” para deslegitimar lutas por igualdade. Por exemplo, quando alguém diz que feminismo é “mimimi” ou que “as mulheres já têm direitos demais”.

– É... isso eu vejo bastante nas redes. Mas, ao mesmo tempo, tem gente que exagera, né? Tipo, não dá pra generalizar que todos os homens são opressores.

– Não sei não. Muito cuidado nessa hora. Muito cuidado.

– Concordo. E o próprio feminismo atual tenta evitar isso. Por isso o texto fala que o feminismo de hoje é plural: existem feminismos negros, indígenas, LGBTQIAPN+, periféricos... não é um movimento único e fechado. A ideia é entender as diferentes formas de opressão.

– Agora isso faz mais sentido. Então é tipo olhar para a realidade de várias mulheres, e não só das que têm mais visibilidade?

– Exato! Uma mulher negra da periferia vive problemas diferentes de uma mulher branca rica. E o feminismo tenta dar voz a todas essas realidades. Também luta por políticas públicas que atendam essas diferentes necessidades.

– Tá, mas e os homens? Eles só têm que ouvir? Não participam dessa luta?

– Claro que participam! O feminismo não é “contra” os homens. É contra o machismo, que, aliás, também afeta os próprios homens. Sim, quando são ensinados a não chorar, a não demonstrar sentimentos, a carregar tudo sozinhos.

– Nossa... nunca tinha pensado por esse lado. Então ser feminista não é odiar homens?

– Não mesmo! É lutar por igualdade, por justiça. É querer um mundo melhor para todo mundo, com mais respeito e menos violência.

– É, depois desse papo eu acho que entendi melhor. Acho que o problema não é o feminismo... é o que muita gente acha que ele é. Achismo. Estudar que é bom, nada, né.

– Isso mesmo. Por isso é importante estudar, conversar, tirar dúvidas. Assim a gente ajuda a construir uma sociedade mais justa e mais informada também.

– Mas, Artur, podemos dizer que o feminismo é uma força política?

– Bom, politicamente, o feminismo segue sendo uma força vital na denúncia e no enfrentamento das desigualdades estruturais de gênero. A sua capacidade de se reinventar, ao incorporar pautas interseccionais de raça, classe, território e sexualidade, revela uma maturidade teórica e uma potência política que desafiam o status quo patriarcal. Isso é visível, por exemplo, no fortalecimento do feminismo negro e periférico no Brasil, que rompe com uma visão homogênea do que é “ser mulher” e amplia os horizontes da luta.

– Sim, sim. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Não é isso?

– Show. Bem isso. Lembrou da Simone, hein.

– Morra de inveja, garotinho. Sou um estudante, não um otário desinformado, conformado...

– Entendi.

– Artur, fala mais um pouco sobre a reação conservadora. Vou te confessar que percebo isso em vários lugares e entre várias pessoas diferentes, tipo: pais, professores, líderes religiosos, políticos... enfim, tenso combater os reações na sociedade.

– Perfeito. Socialmente, no entanto, o movimento enfrenta uma reação conservadora cada vez mais agressiva. Essa ofensiva se expressa na política institucional, na mídia, nas redes sociais e, principalmente, na violência simbólica e física contra mulheres — sobretudo as que ousam ocupar espaços de poder. A ascensão de ideologias de extrema-direita em diversos países, incluindo o Brasil, criou um terreno fértil para a difamação do feminismo, reduzido muitas vezes a caricaturas distorcidas ou tratado como ameaça à “família tradicional”.

– Sim, esse papo de família tradicional... Penso que poucas pessoas compreendem a ideia de família. Eu acho que família é onde as pessoas se cuidam, se amam, se ajudam.

– Exato. É bem nisso que o ODS 5 procura empoderar as mulheres e meninas. Pode-se ter uma tradição, mas que seja uma tradição não machista. Que lute pelas mulheres. Que lute.

– Sim. Esse contexto conservador se alimenta de crises mais amplas, como o colapso das políticas públicas de proteção social, o aumento da informalidade no trabalho e os efeitos da pandemia de COVID-19, que recaíram com mais força sobre as mulheres — especialmente as pobres, negras e moradoras das periferias. A sobrecarga doméstica e a exclusão do mercado formal de trabalho expõem a persistência de um sistema econômico-sexual que se apoia na exploração gratuita ou mal remunerada da força de trabalho feminina.

– Artur, vou te confessar que isso eu já entendi. O que não consigo entender é mulheres que são contra o feminismo. Parece que não entendem o mal de ser contra as próprias mulheres. Acho que, mesmo já tendo uma história, o feminismo continua em construção. Você não acha?

– Concordo com você totalmente. E mais: diante disso, o feminismo continua sendo um projeto de sociedade. Ele não se limita à igualdade entre homens e mulheres nos marcos liberais, mas propõe uma transformação profunda das estruturas de dominação que sustentam o racismo, o capitalismo, a heteronormatividade e o patriarcado. A

luta por direitos, portanto, é também a luta por novas formas de viver em comum, de construir solidariedade e de afirmar a dignidade de todas as existências.

– Eita! Tô achando que você leu mesmo o livro da Angela Davis, Artur. Show. Falei, na minha escola, para umas amigas, sobre o livro. Ninguém conhece a obra. Triste. Triste. Muito triste. Vou virar um militante feminista. Partiu.

– Muito bom. Vamos estudar e aprender mais e mais. Por fim, Heitor, essa reflexão nos mostra que os avanços do feminismo não são dados nem permanentes: eles são conquistas políticas que dependem da organização coletiva, da mobilização social e da resistência cotidiana. E que, frente aos retrocessos, o compromisso ético e político com a justiça de gênero deve ser inegociável. O feminismo não é apenas necessário — ele é urgente. Assim como o ODS 5 não é só uma ideia: é uma proposta de ação política, social e ética.

– Sim. Isso eu entendi. Mas e a questão das meninas e das mulheres serem machistas e muitas vezes racistas?

– Você está preocupado com isso, não é?

– Muito. Afinal, minhas amigas da escola não conhecem Angela Davis.

– Com certeza não sabem disso: “Os pais das alunas brancas da escola de Prudence Crandall foram unânimes ao expressar sua oposição à presença da estudante negra, organizando um boicote amplamente divulgado. Mas a professora de Connecticut se recusou a ceder a tais demandas racistas” (Davis, 2016, p. 47).

– Meu Deus, que terrível. É isso. É isso que me assusta. Como elas vão saber? E não só elas: outras meninas e mulheres também.

– Sim, sim. Você tem que apresentar o livro para elas e debater as ideias.

– Eita! Não esquece que somos crianças.

- Sim, eu sei. Mas é assim que vamos contribuir.
- Textos, textos e mais textos.
- Ok. O pai mandou um texto sobre esse tópico também.
- E você só fala agora? Lê aí, cabeçaço.
- Oxi! Você nem espera.
- Leia, cara. Acho que as mulheres — algumas — que são machistas não têm culpa.
- Será?
- Leia, leia. Quero saber. Vamos estudar.



POR QUE MULHERES PODEM REPRODUZIR DISCURSOS MACHISTAS?

O machismo, entendido como um sistema de crenças, práticas e normas sociais que privilegia os homens em detrimento das mulheres, não é uma característica inata de um gênero, mas sim um produto histórico, cultural e social. Por isso, mulheres também podem reproduzir comportamentos, discursos e valores machistas. Isso acontece porque todas as pessoas, independentemente de sexo, gênero, classe ou raça, estão inseridas em uma sociedade estruturada pelo patriarcado.

Desde a infância, meninas e meninos são ensinados a ocupar lugares diferentes na sociedade. As meninas, muitas vezes, são incentivadas à obediência, ao cuidado com o outro e à submissão; os meninos, por sua vez, são encorajados à liderança, à competitividade e à independência. Ao crescerem nesse ambiente, mulheres podem absorver e naturalizar essas ideias, reproduzindo-as mesmo sem perceber. Isso pode levar, por exemplo, à crença de que “homem que ajuda em casa está fazendo um favor” ou de que “mulher de verdade deve se dar ao respeito”, reforçando estereótipos que limitam a liberdade feminina.

O conceito de machismo internalizado descreve justamente esse processo pelo qual mulheres reproduzem valores machistas e os aplicam a si mesmas e a outras mulheres. Isso pode se manifestar em julgamentos, rivalidades ou sentimentos de inferioridade. Assim, uma mulher pode afirmar que prefere trabalhar com homens porque “mulher é complicada”, ou criticar outra por sua vida sexual, modo de vestir ou escolhas pessoais.

Há também mulheres que reproduzem o machismo como forma de adaptação ou estratégia para obter reconhecimento em um sistema que favorece os homens. Ao se alinharem a valores patriarcais, podem ser vistas como “boas esposas”, “boas alunas”, “boas funcionárias”, “mulheres respeitáveis” ou até “exceções” entre as demais. Esse reconhecimento, contudo, tem um custo: reforça a opressão coletiva das próprias mulheres.

A experiência feminina com o machismo é atravessada por fatores como classe social, raça, religião e território. Em alguns contextos, o conservadorismo é mais forte, e a pressão para que as mulheres se conformem a padrões tradicionais de feminilidade é ainda maior. Nessas situações, o machismo pode ser reforçado como valor familiar, religioso ou moral, fazendo com que mulheres o defendam como parte de sua identidade.

Além disso, por falta de acesso à informação ou por preconceito contra o movimento feminista, muitas mulheres não reconhecem certas desigualdades como injustas ou problemáticas. Sem esse senso crítico, torna-se mais fácil aceitar discursos como “sempre foi assim” ou “mulher tem que se dar ao respeito”, sem perceber que estão defendendo um sistema que as oprime.

Portanto, mulheres podem reproduzir discursos machistas porque o machismo é um sistema estruturante, e não apenas uma atitude individual. Superá-lo exige que todas as pessoas, inclusive as mulheres, passem por processos de reflexão, desconstrução e reeducação. Reconhecer o machismo internalizado não é motivo de vergonha, mas um passo essencial para combatê-lo — dentro de si, nas relações pessoais e na sociedade como um todo. Nesse sentido, o feminismo é uma ferramenta fundamental para libertar não apenas as mulheres, mas também os homens, de papéis opressivos e limitantes.

– Ei, Artur, esse texto sobre o feminismo hoje e sobre por que até mulheres podem reproduzir discursos machistas bugou minha cabeça. Mas eu disse que a culpa não era delas.

– Sim, Heitor! Achei muito forte... e muito real também. Fiquei pensando em como o feminismo é mais do que só lutar por direitos iguais. É quase como propor outro jeito de viver em sociedade, né?

– Sim! E me chamou atenção aquela parte que fala que os avanços do feminismo não são permanentes. Tipo... a gente sempre acha que as coisas estão melhorando com o tempo, mas parece que não é bem assim.

– Pois é. E pior que tem muita gente que acha que o feminismo já “passou do ponto”, que já “conquistou tudo”, mas o texto mostra que não. Ainda tem muita desigualdade, principalmente quando a gente pensa em mulheres negras, periféricas, pobres...

– E essa parte me pegou também. O texto fala muito sobre interseccionalidade. Eu nem sabia que o feminismo pensava nisso, tipo, misturar questões de classe, raça, território...

– Sim! Tem gente que acha que o feminismo é coisa só de mulher branca de classe média. Mas hoje tem o feminismo negro, o indígena, o periférico... são várias lutas dentro da luta, sabe?

– E sobre as mulheres reproduzindo os discursos machistas? Isso me deixou curioso. Tipo... e preocupado. Não parece contraditório?

– Parece à primeira vista, mas faz sentido. A gente cresce numa sociedade machista, desde pequeno ouvindo que “menino é assim”, “menina é assado” ... então até mulheres podem acabar reproduzindo essas ideias sem perceber.

– Tipo quando alguém diz que mulher “tem que se dar ao respeito” ou que “não confia em mulher”? Já ouvi isso das meninas da minha sala...

– Exatamente! Isso é o machismo internalizado. A pessoa foi tão ensinada a pensar assim que começa a repetir essas ideias como se fossem naturais. Mas não são.

– E tem a parte da busca por aceitação, né? Algumas mulheres e meninas se alinham com valores machistas porque isso dá a elas um lugar “respeitável” na sociedade...

– Triste isso, né? Ser respeitada só quando repete o que o sistema quer. Mas acho importante o texto mostrar que ninguém nasce machista. A gente aprende. E pode desaprender também.

– É... o texto termina dizendo que o feminismo é urgente. E acho que, pra gente que está crescendo num mundo com tantas mudanças, entender isso é parte da mudança.

– Com certeza. E começar com uma conversa como essa já é um bom sinal, né, Artur?

– É sim. Vamos continuar pensando e falando sobre isso. Dá até vontade de ler mais!

– Sim! E de discutir mais com a galera também. Educação é o começo da mudança.

– Estudar, estudar... acho que já entendemos, não é?

– Espero que sim.

– Artur, vê se não tem um texto aí, do pai, sobre o machismo estrutural. Quero saber um pouco mais sobre isso.

– Se tem. É pra já.

– Leia.

– Só se for agora.

– Não enrola, cara.

– Fui...

– Vai.

– Fui...

– VAI, CARA!

– Calma, machinho.

– Eita! Leia, cara.



MACHISMO ESTRUTURAL

O machismo estrutural é um sistema de crenças, práticas e valores que sustenta a desigualdade entre homens e mulheres, atravessando instituições, comportamentos e normas sociais de forma profunda e, muitas vezes, naturalizada. Diferente de atitudes isoladas ou individuais, o machismo estrutural está enraizado nas bases da sociedade, sendo reproduzido constantemente nas famílias, nas escolas, nos meios de comunicação, nas religiões, na política e no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as causas do machismo estrutural remontam à construção histórica de uma sociedade patriarcal, na qual o homem é colocado como centro do poder, da razão e da autoridade, enquanto a mulher é relegada a papéis secundários, ligados ao cuidado, à submissão e à afetividade. Essa lógica de dominação foi consolidada por séculos por meio de leis, tradições e discursos religiosos e científicos que legitimaram a inferiorização da mulher.

Além disso, a socialização de gênero desde a infância reforça essa estrutura. Meninos são incentivados à competitividade, liderança e autonomia, enquanto meninas são ensinadas a obedecer, cuidar e agradar. A mídia, por sua vez, reproduz estereótipos que sexualizam o corpo feminino e exaltam a virilidade masculina. Na escola, os currículos muitas vezes invisibilizam a contribuição das mulheres na história, na ciência e na cultura.

Assim, as consequências do machismo estrutural são vastas e atingem diversos aspectos da vida social. No mercado de trabalho, mulheres ainda enfrentam salários mais baixos que homens, mesmo quando ocupam cargos semelhantes. A sobrecarga da jornada dupla

— trabalho remunerado e trabalho doméstico — é uma realidade comum para muitas mulheres.

No campo da política, a sub-representação feminina em cargos de decisão revela uma exclusão histórica do poder institucional. No sistema de justiça, muitas vítimas de violência de gênero ainda enfrentam dificuldades para ter seus direitos garantidos, devido a uma cultura institucional que muitas vezes minimiza ou culpa a mulher pela agressão sofrida. Outra consequência grave é a naturalização da violência contra a mulher: o machismo estrutural sustenta a ideia de posse e controle sobre o corpo feminino, contribuindo para altos índices de feminicídio, agressões físicas, psicológicas e sexuais.

Nesse viés, superar o machismo estrutural exige ações em diferentes níveis. É necessário repensar as estruturas institucionais, promover políticas públicas voltadas à igualdade de gênero, revisar conteúdos escolares e investir em campanhas educativas que desconstruam estereótipos de gênero. Também é fundamental envolver os homens nesse processo, para que compreendam seu papel na reprodução ou no combate ao machismo.

Portanto, o machismo estrutural não é apenas um problema das mulheres, mas um obstáculo coletivo à construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Combatê-lo é uma tarefa urgente e contínua, que exige coragem política e transformação cultural.

— Cara, eu li esse texto sobre machismo estrutural e fiquei pensando... não quero, de jeito nenhum, crescer e virar um homem machista, mas às vezes parece que todo mundo espera isso da gente, sabe, Artur?

— É verdade, Heitor. O texto explica que o machismo não é só alguém ser grosso ou fazer piada ruim; é algo muito mais enraizado, que vem desde a infância, em casa, na escola, na mídia. A gente cresce quase sem perceber que isso está moldando a gente.

– Exato! Tipo, a gente é criado pra ser competitivo, pra não mostrar emoção, pra liderar, enquanto as meninas são ensinadas a cuidar, a agradar. Isso parece normal, mas, no fundo, é uma prisão pra todo mundo.

– Competitivo, você? Não! E o pior é que isso gera várias consequências ruins, como as mulheres ganhando menos, tendo que trabalhar em casa e fora, e ainda sofrendo violência que a sociedade tenta justificar ou ignorar.

– Você acha que sou competitivo, Artur? Eu fico pensando... Como é que a gente pode mudar isso? Porque, se a sociedade toda está assim, e até as escolas nem ensinam direito sobre o papel das mulheres na história, parece que é uma luta difícil.

– Tu és muito competitivo. Tu não sabes perder, Heitor. Pois é, mas o texto fala que a gente precisa se envolver, entender nosso papel. Não adianta só criticar; tem que questionar o que a gente aprendeu, mudar atitudes, até no nosso jeito de falar e agir com as meninas.

– Grosso. Você também não sabe perder. Tipo... sobre o texto, não querer ser o “cara durão” que manda ou que não aceita que a menina tenha voz. Mostrar respeito e apoiar elas, mesmo quando todo mundo está zoando.

– Isso! E questionar os estereótipos que a mídia joga, aquelas coisas que exaltam a “masculinidade” como sinônimo de força e poder e que diminuem as mulheres.

– Acho que tem que ser um esforço coletivo mesmo. Se a gente já pensar assim agora, não vai ser tão difícil continuar resistindo a essas ideias machistas quando crescer.

– Concordo. A gente pode ajudar a desconstruir isso entre nossos amigos, na família, e criar um ambiente mais justo. Afinal, o machismo não só prejudica as mulheres, mas também a gente, limitando quem a gente pode ser de verdade.

– Pois é, ser homem não precisa ser isso que a sociedade impõe. A gente pode ser do jeito que quiser, sem precisar machucar ou diminuir ninguém.

– Exatamente, cara. Vamos tentar sempre lembrar disso.

– Artur, deixa eu perguntar uma coisa.

– Manda.

– Cara, são tantos casos de feminicídio no Brasil e em Santa Catarina que fui procurar informação e me deparei com uma tal de cultura do estupro.

– Sim. Temos um texto sobre isso também.

– Que coisa terrível. Já ouvi campanhas do tipo “Não é não”. Fico pensando que o ODS 5 não terá sentido nem sucesso se a cultura do estupro não for discutida, eliminada... enfim, o empoderamento de mulheres e meninas passa pelo respeito ao seu corpo e ao seu direito de ir e vir sem medo.

– Exatamente isso, Heitor.

– Mas leia o texto; quero saber mais.

– Só se for agora.



A CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL E NO MUNDO

A cultura do estupro é um conjunto de atitudes, comportamentos e normas sociais que naturalizam, justificam e minimizam a violência sexual contra mulheres, crianças e grupos marginalizados. Nesse sentido, essa cultura promove a responsabilização da vítima em vez do agressor, normaliza o assédio e perpetua um ambiente no qual a violência sexual é tolerada e, muitas vezes, invisibilizada.

No Brasil, a cultura do estupro está profundamente enraizada em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero, raciais e sociais. As estatísticas mostram que grande parte das agressões sexuais não é denunciada, seja por medo, vergonha, descrença na justiça ou pela estigmatização da vítima. Além disso, o sistema judicial frequentemente revitimiza as mulheres, submetendo-as a processos de constrangimento e questionamentos sobre sua conduta, aparência ou histórico pessoal, reforçando a ideia de que a culpa recai sobre quem sofreu a violência.

No cenário global, a cultura do estupro manifesta-se de maneiras similares, mesmo em países com avanços legislativos significativos. Muitas vezes, práticas culturais, religiosas ou tradicionais reforçam o controle sobre o corpo das mulheres e a desigualdade de poder entre gêneros.

A mídia e o entretenimento, em vários contextos, reproduzem estereótipos que naturalizam o assédio e a objetificação sexual, influenciando percepções sociais e individuais sobre consentimento e respeito. A perpetuação da cultura do estupro está intimamente ligada ao machismo estrutural, que define e reforça papéis de poder desiguais entre homens e mulheres. Enquanto essa estrutura não for

questionada e transformada, a violência sexual continuará sendo uma grave violação de direitos humanos.

Portanto, combater a cultura do estupro exige ações integradas, que envolvam educação em gênero e sexualidade desde a infância, capacitação de profissionais da saúde, segurança e justiça, campanhas de conscientização e uma mudança cultural profunda que promova o respeito, a igualdade e o empoderamento das vítimas. Somente com a desnaturalização da violência sexual e a responsabilização efetiva dos agressores será possível construir sociedades mais justas e seguras para todas as pessoas.

– Mano, eu não conhecia essa coisa chamada “cultura do estupro”! Ouvir você lendo o texto sobre isso, cara... foi chocante demais.

– Então, Heitor, até eu achei pesado.

– Quantas coisas a sociedade reproduz e que são tão prejudiciais à boa convivência entre homens e mulheres, meninos e meninas...

– Exato! Essa cultura do estupro é tipo um conjunto de ideias e comportamentos que fazem a violência sexual parecer normal, ou até culpam a vítima em vez de punir o agressor. No Brasil, por exemplo, muitas vítimas nem denunciam por medo ou vergonha, e o sistema ainda acaba revitimizando elas, perguntando coisas sobre roupa, passado... como se a culpa fosse delas!

– Nossa... Isso é terrível! Eu sabia que as coisas eram difíceis, mas não imaginava que o sistema fosse tão cruel com as vítimas. Parece que a sociedade inteira tá contra elas, né?

– Pois é! Eis a importância do ODS-5. E não é só aqui, não: no mundo todo tem isso. Mesmo em países com leis avançadas, existem práticas culturais que controlam o corpo das mulheres, e a mídia ainda ajuda a normalizar o assédio.

– Pior que eu vejo isso direto, tipo em filmes, séries, músicas... As mulheres são objetificadas e, às vezes, ninguém questiona isso. E eu nem tinha ligado que isso reforça esse ciclo horrível.

– E o pior é que tudo isso tá ligado ao machismo estrutural, que coloca homens num lugar de poder e mulheres numa posição de desvantagem. Enquanto isso não mudar, a violência vai continuar. Falamos disso antes. Um pouco.

– É tão absurdo... A gente precisa mudar isso, falar sobre respeito, igualdade, ensinar desde cedo o que é consentimento e que ninguém merece passar por isso. “Não é não”!

– Concordo demais! O texto diz que só com educação, mudança cultural e justiça justa a gente vai conseguir construir uma sociedade segura para todo mundo.

– Eu tô chocado, Artur, mas ao mesmo tempo acho que a gente tem que ser parte da mudança. Não dá pra ficar calado vendo tanta coisa errada acontecendo.

– Verdade, Heitor. Informação é o primeiro passo. Vamos espalhar isso e cobrar atitudes.

– Com certeza! A gente precisa lutar por respeito e pelo fim dessa cultura escrota.

– Artur, tô ficando com dor de cabeça depois de tantas informações. Tô tentando ligar tudo o que vimos com o ODS-5. Acho que é importante.

– Perfeito. É isso mesmo. Essa é a intenção do pai: fazer a gente aprender e querer ser melhor pra um mundo melhor. Mas não sofre, não — ele fez um texto pra amarrar todo o nosso estudo.

– Show. Então manda aí.

– Só se for agora.

– Não enrola.

– Fui.

– VAI, CARA!

– Partiu.



FEMINISMO, MACHISMO E O ODS-5: CAMINHOS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA AGENDA 2030

O feminismo é um movimento social e político que luta pela igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, desafiando estruturas de poder historicamente marcadas pela desigualdade de gênero. Nesse sentido, um dos principais obstáculos que o feminismo enfrenta é o machismo: um sistema de crenças e práticas que privilegia os homens e naturaliza a submissão e a discriminação contra as mulheres.

Presente em diversas culturas e instituições, o machismo perpetua a desigualdade de gênero por meio de atitudes e comportamentos que minimizam conquistas femininas, naturalizam a violência contra as mulheres e limitam sua participação plena na sociedade. Isso não apenas restringe a vida das mulheres, mas também compromete o desenvolvimento social e econômico como um todo, pois a desigualdade de gênero afeta o potencial humano e a justiça social.

Nesse contexto, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS-5), que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Esse objetivo reconhece que eliminar a discriminação e a violência de gênero é essencial para construir sociedades justas, pacíficas e prósperas.

Ao confrontar o machismo estrutural, o feminismo contribui diretamente para o avanço do ODS-5. Por meio da conscientização, da educação e da formulação de políticas públicas que garantam direitos iguais, o movimento feminista atua para dismantelar barreiras sociais e culturais que impedem a plena participação das mulheres na vida econômica, política e social.

Ao dialogar com o ODS-5, o feminismo reforça a importância de combater todas as formas de violência e discriminação de gênero; de garantir acesso igualitário à educação, à saúde, ao trabalho decente e à representação política; e de transformar normas culturais que sustentam o machismo. Esse diálogo é fundamental para que a igualdade de gênero deixe de ser apenas uma meta ideal e se torne uma realidade tangível para todas as mulheres e meninas no mundo.

Portanto, meus filhos, Artur e Heitor, a superação do machismo e a promoção do feminismo não são apenas questões de justiça social, mas também condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentável, a paz e o progresso global, como propõe a Agenda 2030 da ONU.

– Artur, eu achei muito bom esse texto sobre feminismo, machismo e o ODS-5. Tipo, o feminismo é mesmo essencial pra gente ter igualdade de verdade, não só no papel, mas na prática. Mas o que me incomoda é como o machismo é tão enraizado que muita gente nem percebe que age assim, sabe?

– Concordo que o machismo é forte, mas às vezes eu acho que o feminismo precisa ser mais divulgado, explicado, debatido, estudado. Não adianta algumas pessoas dizerem que todo homem é culpado só por ser homem, porque isso cria divisão. Não seria melhor a gente focar mais em união do que em separação?

– Mas, Artur, o feminismo não é contra os homens, é contra o sistema que privilegia os homens às custas das mulheres. A gente já viu isso nos nossos estudos. Esse sistema é o machismo. Ignorar isso é fingir que tá tudo bem quando metade da população ainda sofre violência, recebe menos salário e tem menos voz na política.

– Eu entendo, mas às vezes parece que o feminismo só fala das mulheres e esquece que homens também sofrem com padrões rígidos, tipo não poder chorar ou ser vulneráveis. Se a gente quer igualdade, não devia olhar para as duas partes?

– Exatamente! O feminismo contemporâneo fala sim em desconstruir esses papéis tóxicos, inclusive para os homens. O machismo não machuca só as mulheres; ele também limita os homens a serem aquilo que esperam deles. O ODS-5 não é só para as mulheres, é pra toda a sociedade se libertar dessas amarras.

– Mas será que essas metas do ODS-5 são mesmo práticas? Porque tem muita coisa que depende de cultura, e cultura não muda do dia pra noite. Será que o feminismo tem respostas reais pra isso?

– É um processo lento, Heitor, mas o feminismo trabalha com educação, políticas públicas e visibilidade. Mostrar essas desigualdades, discutir o machismo estrutural ajuda a mudar mentalidades e leis. Se a gente não começar, nunca vai avançar.

– Faz sentido. Só fico meio desconfiado quando vejo gente usando o feminismo pra ganhar poder ou silenciar quem pensa diferente.

– Com certeza. Nenhum movimento é perfeito, e o feminismo é diverso, cheio de vozes. O importante é não perder o foco no objetivo maior: igualdade real e justiça social. A gente tem que ouvir, questionar e agir pra isso virar realidade.

– Acho que é isso mesmo. O feminismo, o combate ao machismo e o ODS-5 são mais ligados do que eu pensava. É um desafio, mas parece que a gente precisa disso pra ter uma sociedade mais justa e saudável pra todo mundo. Você não acha, Heitor?

– Super acho. União... união é uma boa ideia. Junto com estudo, leitura e debates.

– Perfeito. Juntos e juntas seremos mais fortes. Correto?

– Corretíssimo. Temos que lavar a alma.

– Opa. Lavar? Aí já estamos falando do próximo ODS: o ODS-6, Água Potável e Saneamento.

– Show. Mulheres de todo o mundo, juntas serão mais fortes.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030*. Petrópolis: Vozes, 2020. (Coleção Educação Ambiental).

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.

BORGES, L.; RAMOS, A.; FERRAZ, J. Percepção de estereótipos de gênero na intenção de empreender na área de tecnologia da informação: um estudo qualitativo com estudantes de graduação de uma universidade federal. *REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal*, v. 14, e2497, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14211/regepe.esbj.e2497>.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União.

BRILHANTE, A. V. M.; GIAXA, R. R. B.; BRANCO, J. G. O.; VIEIRA, L. J. E. S. Cultura do estupro e violência ostentação: uma análise a partir da artefactualidade do funk. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, e170621, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.170621>.

CAMPOS, C. H.; MACHADO, L. Z.; NUNES, J. K.; SILVA, A. R. Cultura do estupro ou cultura antiestupro? *Revista Direito GV*, v. 13, n. 3, p. 981–1006, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201738>.

COSTA, Gal. *Divino, Maravilhoso*. Intérprete: Gal Costa. Compositores: Caetano Veloso; Gilberto Gil. In: *Gal Costa*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1969. 1 disco de vinil.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MAPA DA SEGURANÇA PÚBLICA 2025 (ano-base 2024). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mapa-da-seguranca-publica-2025-brasil-reduz-homicidios-dolosos-e-bate-recorde-em-apreensoes-de-drogas/mj-sp-mapa-da-seguranca-publica-2025.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MESSIAS, E. R.; CARMO, V. M.; ALMEIDA, V. M. Feminicídio: sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, e60946, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n160946>.

NUNES, M. D. S.; RIBEIRO, R. R. Primeira Onda: feminismo e a participação de mulheres na imprensa curitibana (1853-1953). *Estudos Históricos*, v. 37, n. 84, e20250403, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2178-149420250403>.

O QUE É o Me Too, movimento que nasceu nos EUA e catapultou denúncias de assédio sexual pelo mundo. BBC News Brasil, 6 set. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyjzjvyx1go>.

PETERS, G. Tornar-se Beauvoir: para além dos argumentos ad feminam. *Sociologias*, v. 24, n. 59, p. 416–429, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-109333>.

POMBO, M. Do feminino como diferença à multidão de diferenças: feminismo, teoria queer e subversões da psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 27, e284228, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2024-284228>.

SANTOS, I. C.; OLIVEIRA, E. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 1, e51328, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n151328>.

SCHULZ, R. A expressão política do jovem ativismo feminista no Brasil. *Caderno CRH*, v. 38, e025026, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.61549>.

SEGAT, J. L.; VIEIRA, A. G. S.; CAETANO, M. Igualdade de gênero na e por meio da educação: análise crítica da estratégia da UNESCO em meio à guinada neoliberal e neoconservadora. *Educar em Revista*, v. 41, e95501, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.95501>.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres: o primeiro grifo feminista*. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: MediaFashion; Folha de São Paulo, 2021. (Coleção Folha – Os Pensadores, v. 10).

G1 SANTA CATARINA. Femicídio Catarina Kasten: linha do tempo revela passos da vítima e caminho até prisão do suspeito. 26 nov. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/11/26/feminicidio-catarina-kasten-linha-tempo-revela-passos-vitima-caminho-prisao-suspeito.ghtml>.

SOBRE OS AUTORES

DIANDRA FERRARI MARANGONI: graduada em Geografia (bacharel e licenciatura) pela UNESC. Professora, efetiva em Santa Catarina. Pós-graduação em Metodologias de Ensino na Geografia, formada em Pedagogia(segunda licenciatura) com especialização em Neuropsicopedagogia. Pesquisadora associada ao Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS/UNESC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Gestão Integrada do Território, certificado pelo CNPq.

CARLOS PAULO MATIAS: tem Mestrado em Educação, é graduado em História e Doutor em Ciências Ambientais – pela UNESC. Arqueólogo, Professor, Historiador. É pai do Artur e do Heitor. Progressista, acredita na educação como fórmula possível para transformar a sociedade. É professor, efetivo, na rede Estadual de Santa Catarina; leciona História na Escola E.E.B Aloysius Back, em Forquilha.



“Não se nasce mulher, torna-se” (S. Beauvoir)

DIANDRA FERRARI MARANGONI
CARLOS PAULO MATIAS
Apresentação: Annie Souza Marques

Juntas seremos fortes

(ODS-5: Igualdade de gênero)



DIANDRA FERRARI MARANGONI
CARLOS PAULO MATIAS
Apresentação: Annie Souza Marques

Juntas seremos fortes

(ODS-5: Igualdade de gênero)



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br